



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

REMOÇÃO DE FAVELAS E PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO: A APROPRIAÇÃO SOCIAL DE UM NOVO ESPAÇO PELA PERCEPÇÃO DE MORADORES REMOVIDOS

Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda (UENF) - serpanogueira@yahoo.com.br

Cientista Social, mestre em Políticas Sociais, estudante de doutorado em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense

Introdução

A remoção de favelas marca fortemente a atual política de habitação das cidades de porte médio¹. Campos não constitui exceção, pois possui atualmente 18 conjuntos habitacionais², 14 destes construídos a partir de 1999. Contudo, raramente são elaboradas políticas de urbanização das favelas. No início de 2009, a atual prefeita anunciou a construção de 5.100 unidades habitacionais divididas em mais 13 conjuntos habitacionais. A remoção é tratada como solução para a questão habitacional, bem como para outros municípios da região norte fluminense.

Este tipo de política pareceria retomar a política de remoção, que marcou fortemente a cidade do Rio de Janeiro durante a década de 60. Ocorre, entretanto que esta política já se provou ineficaz para solucionar o “déficit” habitacional e a “promoção” social. Este retorno é marcado pela descentralização da política habitacional³ e o abandono à crítica. Estudos⁴ evidenciaram que as políticas de remoção possuem grandes efeitos: além de aumentar o tempo e os custos de locomoção, encarecem os gastos com água, luz, gás, provocando inadimplência, e agravam a pobreza e a “exclusão” social. O problema pode ser colocado do seguinte modo: até que ponto a retomada da política de remoção reflete e corrige os erros do passado?

O principal objetivo desta pesquisa foi analisar a política de remoção de favelas de Campos dos Goytacazes (entre 1999 e 2009), a partir da percepção dos principais atores envolvidos: moradores removidos da favela da Aldeia e de outros bairros de Campos. Foi definido como objeto de estudo o conjunto habitacional da Aldeia, já que este constituiu um dos primeiros passos deste tipo de política que parece destinada a se expandir. Interessa saber, através da memória coletiva dos moradores removidos, como a reconfiguração espacial afetou a identidade coletiva e os laços de solidariedade local uma vez que também foram removidos para o residencial famílias de outras áreas da cidade o que gerou conflitos.

O conjunto habitacional da Aldeia foi edificado em 2001, possui 400 unidades habitacionais, buscando atender famílias que moravam em área de risco da favela da Aldeia. O residencial foi construído próximo à antiga favela. O local do conjunto é

igualmente afastado da cidade e marcado pela mesma falta de trabalho, transporte e habitações de qualidade, que caracterizava antes a favela. Em 2006 foram construídas mais 110 casas. Contrariando promessas feitas aos moradores não assistidos em 2001, poucos moradores da Aldeia foram contemplados neste último projeto.

Esta favela foi formada a partir⁵ da década de 60 por pessoas provenientes, inicialmente, da Usina de Sapucaia. Com o declínio da indústria açucareira, várias famílias⁶ estabeleceram-se na cidade em busca de emprego, e sem dinheiro para a aquisição de uma casa, foram se instalando à beira do rio. Segundo o Censo 2000, a favela possuía 533 residências. Mas, não todas as famílias da Aldeia foram removidas e ainda hoje há moradias no local.

Em verdade, o projeto original foi marcado por inúmeros problemas. Muitas famílias, que queriam ir ao conjunto, não foram contempladas pelo programa habitacional, já que suas casas não foram “consideradas” como estando em área de risco de enchente. Em contrapartida, outros que tiveram suas casas selecionadas se recusaram a deixá-las. Além disto, como já foi mencionado o conjunto que deveria ser destinado apenas aos residentes da Aldeia recebeu muitos moradores de outras localidades, provocando mal estar e conflitos. A principal conseqüência parece ser o enfraquecimento dos laços sociais e da identidade coletiva.

Passados oito anos da remoção da favela da Aldeia, é preciso avaliar seus impactos, recuperando o “espírito” dos estudos dos anos 60, que levou em consideração não apenas indicadores estatísticos de condições de vida obtidas, mas partiram a campo para incorporar os moradores e sua experiência. (Valladares)

Dessa forma, busca-se entender a política de remoção pela percepção e memória dos moradores do Conjunto Habitacional da Aldeia. Isto terá como instrumento privilegiado a “reconstituição” da experiência mediante relatos de vida e a representação da mudança que eles exprimem. Utilizei como instrumento entrevistas com os mesmos e a observação direta da comunidade em seu dia-a-dia. As entrevistas foram analisadas através da análise de conteúdo. As entrevistas foram gravadas e realizadas nas casas dos moradores.

Trata-se de ir além de uma análise puramente economicista ou política para avaliar o impacto social destas políticas remocionistas sobre a população estudada. Geralmente, são mais analisadas as conseqüências econômicas e de ordem física dos conjuntos habitacionais, o que é chamado de pós-ocupação. As conseqüências sociais na vida dos moradores, como eles se adaptam socialmente a nova realidade, bem

como a reconstrução de suas identidades culturais frente ao novo lugar ainda carecem de estudos. Esta reflexão sobre a remoção de favelas me permite visionar quais as implicações da realocação de moradores de diferentes favelas para um mesmo conjunto habitacional em suas identidades culturais e como estas podem vir a ser (re)construídas no novo espaço.

As políticas de habitação e o discurso remocionista: revisitando estudos das décadas de 70 e 80

No Brasil, podem ser identificadas duas propostas básicas de atuação do Estado nas favelas: a primeira é o desfavelamento ou a remoção, o que implica a transferência dos moradores e a extinção das favelas do espaço urbano; em contrapartida, temos a urbanização das áreas faveladas, prevendo a permanência dos moradores na área e a introdução de melhorias na infra-estrutura do local e a divisão do terreno em lotes e frações ideais (Valladares, 2000).

De acordo com Valladares (1982), por muito tempo a população das favelas foi associada à marginalidade, uma ideologia que teve grande vigência na América Latina e no Brasil, e que influenciou muitas políticas. Embora seja necessária, nos casos das favelas que se localizam em áreas de risco, as políticas de remoção foram muito criticadas por vários⁷ pesquisadores do tema. O desfavelamento pode gerar conseqüências, como o aumento das despesas com a habitação, provenientes da necessidade de arcar com o pagamento dos serviços urbanos. Também se percebe a desintegração gerada pela destruição da favela e dos laços sociais de solidariedade então predominantes (Valladares, 1978). Aponta-se também que, em muitos casos, as pessoas remanejadas não se fixam nas áreas devido ao atraso das prestações que não conseguem pagar, ou à “expulsão por mecanismos de mercado” - vendendo seus “direitos” sobre as casas e voltando para outras favelas.

Segundo Soares e Espinheira (2006), a transferência de um lugar marcado pela irregularidade e precariedade para outro considerado formalizado, tende a ser acompanhada de encargos financeiros, que os novos moradores não estão preparados para arcar. A população transferida para o conjunto habitacional, mesmo

morando em uma casa de alvenaria, continua à margem de uma esperada humanização cidadina, tornando-se patente que o direito à ocupação foi dado, mas o direito à cidade não. Estas pessoas passam a viver em uma moradia diferente, com novos vizinhos e com uma relativa infra-estrutura; pois, como morador da unidade habitacional, ele terá acesso a saneamento, luz elétrica, água, telefone, ruas pavimentadas e calçadas. Estes benefícios virão acompanhados de taxas e impostos que antes não existiam. Os moradores utilizam-se de certa infra-estrutura, embora possuam limitações financeiras para sua manutenção.

Durante várias décadas, mas principalmente nas décadas de 60 a 70, o poder público mantinha sobre a favela um discurso remocionista. Na década de 60, uma grande política de remoção foi implantada no Rio de Janeiro, quando vários favelados foram removidos para conjuntos habitacionais como Cidade de Deus e Vila Kennedy, em locais distantes do centro da cidade. (Zaluar, 1999)

Neste contexto, criado em 64, o BNH passou a dirigir os programas de construção de moradias e a pretensão política do período era afastar o perigo de revolta das massas e sua oposição ao regime militar. Assim, buscava-se eliminar o foco de tensão que eram as favelas. O objetivo também era conseguir o apoio popular, utilizando a idéia de que a casa própria era um “sonho” das massas, um valor prioritário também para as camadas populares.

Segundo Zaluar (1985), muitos fatores entraram em cena para que se concretizasse a execução dos programas habitacionais, a começar pelas pressões exercidas pelas empresas de construção civil, interessadas nos lucros da construção das casas populares. Além disto, funcionava como um meio de acalmar as camadas populares.

Para a autora a política por detrás da casa popular tinha mais “objetivos” do que se propunha, pois nos períodos mais autoritários, em que o voto do favelado não tinha muita importância, é que a política de remoção compulsória era executada. Em contrapartida, em períodos populistas, programas de urbanização ou de inserção voluntária em conjuntos são mais utilizados.

A erradicação das favelas, para Perlman (1977), é uma política elitista, justificada pela ideologia do mito da marginalidade⁸. Em verdade marginaliza as pessoas que se propunha auxiliar. Depois da remoção, os favelados se encontram literalmente expulsos da cidade, rejeitados e punidos por serem pobres, e geograficamente isolados das oportunidades que a vida urbana oferece.

A remoção para conjuntos habitacionais tem resultados econômicos, sociais, culturais, políticos e físicos. Economicamente os gastos de tempo e dinheiro no transporte para o trabalho; dificuldades para encontrar trabalho (principalmente mulheres e biscates) e dificuldades de pagar as prestações da casa (Perlman, 1977).

As dificuldades sociais e culturais são, segundo a autora, melhor compreendidas se pensarmos a favela como uma “comunidade funcional”. Desta forma, como os moradores eram alocados nos conjuntos com base em seu nível de renda, e não de seus relacionamentos sociais e familiares, a estrutura de apoio na favela não sobrevive neste contexto à erradicação. Outro ponto destacado em seu estudo foi o aumento da violência e desconfiança nos conjuntos habitacionais. Seu estudo de 1973 revelou que um terço considerava o conjunto um grupo menos unido que a favela, e os moradores achavam que conversavam menos com os vizinhos. Os moradores sentiam que se desintegrara totalmente a antiga comunidade.

As conseqüências da remoção também demonstraram o enfraquecimento do engajamento político, marcado pela atenuação ou dissipação das associações de moradores. Os que tentaram criar outras associações de moradores ou outras organizações “*encontraram apatia e desconfiança entre os vizinhos, e tal sentimento de generalizado de medo e desespero que se tornou impossível até mesmo fazer com que as pessoas comparecessem a uma reunião*” (Perlman, 1977: p. 260).

As conseqüências físicas, todavia, são positivas e negativas. Há um melhoramento no sentido físico das casas, ou seja, serviços sanitários, esgoto, eletricidade, menos perigo de incêndio e deslizamento. Todavia, a má qualidade das construções é assunto de constante reclamação, sendo necessárias reformas (Perlman, 1977: p. 260).

Desta forma, segundo a autora, ficou comprovado por diversos estudos⁹ que várias famílias removidas gostariam de voltar para a favela caso pudessem. Em seu estudo sobre os ex-moradores da Catacumba, 69% responderam que voltariam para a favela, e este número crescia para esmagadores 82%, se a alternativa fosse uma favela urbanizada¹⁰.

Os programas habitacionais remocionistas, para Valladares (1978), não tiveram êxito, pois viam a favela apenas como um problema habitacional e de uso de solo. Não consideravam as características de sua população e o porquê de morarem em favelas. Hoje, o uso da remoção como principal solução para a favelização,

principalmente nas cidades de médio porte, revela que a municipalização não acumulou com a experiência das grandes cidades.

O sentido do habitar e a transição para um conjunto habitacional: a reconstrução da identidade

A moradia digna ainda é privilégio de poucas pessoas em nosso país. Contudo, a Constituição Federal (BRASIL, 1989) afirma, no artigo 6º, que ela constitui um direito social. Também o Estatuto da Cidade, aprovado em julho de 2001, certifica no seu artigo 2º *“a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços ao lazer, para as presentes e as futuras gerações (BRASIL, 2001).”*

O ato de "habitar" está na base da construção do sentido da vida, nos modos de apropriação dos lugares da cidade, a partir da casa. Dessa forma, o ato do habitar produz a "pequena história", aquela construída nos lugares comuns, por sujeitos comuns, na vida diária. Neste sentido, habitar possui um sentido mais amplo e social e não se resume a apenas um lugar para dormir, mas para permanecer e manter laços. Heidegger (1994) nos propõe a revisão do conceito de habitação, recorrendo à genealogia do termo e identificando a relação entre o significado de construir e habitar. *“Construir significa habitar. Isto quer dizer: permanecer-se, deter-se”*.

Para Lefebvre (1999), é necessário encontrar o sentido do habitar, considerado por muitos, equivocadamente, como *“negligenciável”*. Contudo, para o autor, dentre os níveis do fenômeno urbano, *“O essencial, o fundamento, o sentido provêm do habitar”*. A relação do ser humano com a natureza e com a sua própria natureza (ser) reside no habitar. A casa, a habitação, de acordo com Teixeira (2004), é o nosso canto no mundo, é o nosso primeiro universo. Muito além de abrigo e refúgio, a casa, o habitar, faz parte do que somos.

Para Teixeira, habitar não significa apenas ocupar um lote e possuir uma edificação, mas estar ligada a elementos que garantam qualidade de vida, dentre outras coisas, a existência de atividades econômicas, culturais, sistemas de transportes, comunicação e de abastecimento. Além disto, existe toda uma significação emocional no habitar, já que este é o local das interações e da construção

da história de vida dos indivíduos. Os moradores constroem e reconstróem o espaço e dão a ele um caráter único, um significado partilhado por seus membros.

Lefebvre afirma que a necessidade de habitar pertence a todo ser humano, e quando não lhe são dadas condições para habitar de forma correta, “*ele (o ser humano) a fabricará à sua maneira*”. Assim, diante da necessidade de habitar, mas em uma sociedade em que a habitação é um privilégio, vemos as estratégias de sobrevivência da população que não possui acesso a uma casa. Dentre estas estratégias, destaca-se a favela. A favela é uma das formas de habitar diante da não obtenção de uma moradia formal.

Contudo, habitar vai além da aquisição de um mero espaço físico, mas envolve também a formação de uma coletividade que coloca homens e mulheres em um mesmo espaço organizado, o que vai identificar uma comunidade (Lima, 2007). E, desta forma, o habitar instaura uma dimensão de comunidade no sentido em que é comum a todos, a formação de um espaço tornado emblemático e, neste sentido, carregado de significados. O sentimento de vizinhança, profundamente enraizado na tradição e costumes locais exerce uma decisiva influencia nas características dos seus habitantes. A vizinhança existe sem uma organização formal, ela é assim baseada em sentimentos e interesses comuns.

Segundo Perlman (1977), a favela tem uma funcionalidade que não é compreendida por muitos, tendo em vista que, diante das restrições econômicas de determinada parcela da população, a favela é uma solução extremamente funcional para muitos de seus problemas. Além disto, a partilha e o comunitarismo da favela são modos de vida essenciais para quem vive à beira da subsistência. Desta forma, “*onde falta o atendimento governamental, constitui um sistema mínimo de assistência social e de bem-estar familiar patrocinado pela comunidade*”.

Para Burgos (2005) um aglomerado torna-se favela à medida que desenvolve um *microsistema sociocultural próprio* marcado pelo estabelecimento de uma identidade territorial apoiada em instituições locais que são construídas por seus membros. Desta espaço vivido surgem os elementos de significado e de pertencimento que são referenciais identitários que agem sob uma ótica coletiva como os líderes locais, as associações mediadoras de demandas coletivas, comércio e ordem jurídica locais, elementos essenciais à integração social.

Neste sentido os processos de identidade são essenciais para um estudo sobre favelas e sobre suas remoções. Como estas identidades criadas e recriadas pelos

moradores são modificadas, restabelecidas no novo espaço denominado conjunto habitacional? É necessário considerar que os espaços são apropriados pelos grupos sociais que o compõem, são assim dotados de um pertencimento de um significado que lhes é peculiar.

Por sua vez, a favela é constituída por uma rede de símbolos e significados que formam a identidade dos seus moradores, que por conseqüência possuem as representações deste espaço vivido, percebido. É nesta favela, lugar de pertencimento, também chamada de comunidade, termo que exprime segundo Bauman (2003) um lugar aconchegante, conhecido, de vivências coletivas.

Ao passarem por um processo de remoção esta identidade se vê ameaçada pelas inúmeras possibilidades de re-significação do novo espaço, uma nova apropriação permeada por um novo sentido. O pertencimento é de acordo com Souza e Silva (2003) é *o processo de incorporação e exteriorização de atitudes que levam à constituição da identidade*. É mais que um sentimento uma vez que se expressa em atitudes.

De acordo com Gonçalves (1994) a produção de identidades não é um processo uniforme, pois depende de fatores sociais e culturais os quais os indivíduos vão constituindo ao longo da vida de acordo com suas experiências. Assim, em um mesmo espaço, um grupo pode partilhar de uma mesma referência identitária uma vez que este local possui um sentido partilhado e apreendido.

Neste sentido, a remoção para o conjunto habitacional pode colocar em risco laços sociais e identitários existentes na comunidade a ser realocada, principalmente quando suas opiniões não são consideradas na elaboração dos projetos. Além disto, é comum que sejam realizados conjuntos que misturam moradores de vários locais o que também leva a perda de identidades singulares e que não conseguem ser reconstruídas no novo espaço.

Assim, o que se observa na grande parte dos projetos é que não há participação das camadas populares na elaboração e construção das habitações sociais. A maioria dos projetos habitacionais não considera as práticas usuais, os vínculos comunitários e a história local, já que a população removida não é ouvida na elaboração do projeto. A transferência para um conjunto habitacional pode não ser tão simples como consideram os planejadores urbanos. As conseqüências de uma ruptura social da comunidade removida, a entrada de moradores de outros locais da cidade no novo conjunto podem revelar decorrências inesperadas.

Da Favela ao Conjunto: Identidades culturais reconstruídas?

Atualmente, a política de remoção parece não ter acumulado com as experiências negativas da década de 60 e 70, tão discutidas por diversos estudiosos. Ao contrário, repete erros do passado, principalmente quanto à alocação populacional do conjunto. A preocupação com a preservação das culturas presentes nas favelas as quais se destinam os projetos de habitação continua ausente a seus planejadores. Aliás, a favela ainda hoje é vista por muitos como um local desprovido de cultura própria, ou como um local de cultura inferior ao resto da cidade, o que reflete no planejamento urbano destes espaços.

Desta forma, assim como ocorreu nas décadas de 60 e 70 no Rio de Janeiro¹¹, ainda hoje, a política habitacional em Campos atua desta forma: moradores de diferentes favelas, muitas vezes rivais, são removidos para um mesmo conjunto habitacional. Isto porque a política de remoção não considera as identidades culturais, a história local, os laços de pertencimento estabelecidos pelos moradores das favelas campistas. Em contextos de sociabilidades conflitantes podem ficar limitadas as possibilidades de formação de um projeto coletivo já que predominam estratégias de isolamento e demarcação.

Muitos moradores removidos alegam não tem se adaptado aos conjuntos construídos pelo poder público (seja municipal ou estadual) principalmente pelo desvinculamento de suas redes sociais, pelo sentimento de desenraizamento de suas identidades culturais. No caso do conjunto da Aldeia, analisado neste estudo, a remoção parece ter contribuído para a dissolução dos sentimentos locais que garantiam a coesão social, através de diferentes fatores, como o afastamento de vizinhos antigos, a entrada de pessoas não procedentes da favela, o aumento da sensação de insegurança.

Além dito, a favela da Aldeia foi formada na década de 60 às margens do rio Paraíba, o que representava uma marca da comunidade através dos muitos pescadores. Os moradores se reuniam para fazer festas, forrós, para pescar, para batizar as crianças recém nascidas. Os relatos apontaram uma grande unidade entre os moradores do local. Entretanto, a favela enfrentava todos os anos o problema da enchente, o que fez com que a prefeitura planejasse sua retirada. Mesmo nestes momentos de enchente a comunidade permanecia unida e os moradores ajudavam

uns aos outros, nos abrigos de escola e de igrejas. Segundo relato de moradores entrevistados:

“Lá... lá era um parque de amizade. A gente convivia há muitos anos, mas separou tudo, então nunca é normal igual como foi. Aqui já misturou, num jeito diferente porque veio muita gente de fora, de outros bairros... entendeu? Porque lá a gente vivia assim, porta com porta. Nós sempre convivia bem, Graças a Deus, nunca brigamos, era muito bom.

“A gente vivia de um jeito diferente, fazia festa, batizava as criança junto, pescava junto, ficava na beira do rio. Quando tinha aniversário, todo mundo era convidado. Era muito bom! Não fosse essas enchentes...”

“A favela da Aldeia era uma família. A gente se reunia na beira do rio, fazia festa, lutava pelas nossas necessidades na associação. Quando a gente soube que ia ser removido a gente pediu a prefeitura pra deixar a gente junto no conjunto. Mas eles separaram os vizinhos e trouxe esse monte de gente de fora. Mas fazer o que? A gente tem que aprender a conviver de novo!”

O conjunto Aldeia foi construído em 2001, próximo a antiga favela, mas recebeu pessoas de vários locais da cidade. Com isto muitos moradores que vieram da favela da Aldeia não se reconhecem mais no local já que sua identidade cultural¹² foi abalada por uma vizinhança ainda em configuração, pelo rompimento de costumes que tinham o rio como referência, as festas realizadas, que uniam toda a comunidade em uma mesma tradição que se expressava através destas práticas.

“A senhora não sabe de favela. Nos na favela é o seguinte...nós tem uma porção de critica um com o outro. Mas no hora do pega pra capar, do ajuda, lá todo mundo enche sua casa de comida. Nós somos uma colméia, condado, colônia..no bom sentido. Eu não to transformando gente em abelhas”.

A reconfiguração dos laços sociais, neste sentido, é fundamental em uma análise sobre remoção de favelas. Principalmente porque as relações de vizinhança são essenciais para os segmentos de renda mais baixa, um dos aspectos mais relevantes da identidade cultural. Por sua vez, na favela, estas populações utilizam a rede de solidariedade de vizinhos e parentes, como estratégia de sobrevivência, relacionada principalmente as suas necessidades cotidianas.

No caso do conjunto Aldeia, para os moradores procedentes de outras áreas da cidade, a dificuldade em estabelecer laços sociais no conjunto também foi relatada. Estes, por sua vez, também vivenciaram uma experiência de desterro ou desenraizamento, típica da remoção. Ou seja, são elementos “estranhos” em uma vizinhança em crise. Sendo assim, tiveram que se questionar qual é o ritual social, isto é, o que se deve fazer, a fim de evitar ser encarado com suspeita ou ser considerado estranho. De acordo com um morador oriundo de outra favela:

“Foi difícil no início...pra mim e pra minha família. A gente veio de outra favela e o pessoal daqui da Aldeia achava que o conjunto seria só deles. Então quando a gente chegou, não só a gente, porque tem muita gente de fora, de outros lugares, então teve que se encaixar ao povo daqui. Isso, até eles conhecerem a gente melhor! Quando comecei a participar do time de futebol daqui, que melhorou mais!”

Desta forma, uma vez no conjunto, os moradores tanto procedentes da favela da Aldeia como de outras favelas, vivenciaram a árdua tarefa de reconstruir seus laços, suas identidades culturais e adaptar suas práticas a nova realidade. Assim, no conjunto Aldeia, ao longo dos anos, foram sendo constituídas redes sociais influenciadas pelas identidades sociais de seus moradores. Observa-se, portanto uma complexa realidade marcada pelas diferentes origens de seus habitantes, e que definiu os diversos arranjos sociais que marcam o local.

Desta forma foi possível identificar agrupamentos dos moradores de acordo com suas referências culturais. Alguns moradores oriundos da favela da Aldeia preferem se relacionar com outros também da Aldeia. Assim, muitos vivem um processo de nostalgia exacerbada, onde o local anterior é visto como melhor que o atual, uma situação de distanciamento a culturas diferentes a sua. Observei, por exemplo, que um grupo oriundo da favela da Aldeia sempre se reunia para voltar ao local onde era a favela (já que nem todas as casas foram removidas) e pescar como faziam antigamente. Por outro lado, outros moradores oriundos da favela da Aldeia têm buscado reconstruir seus laços sociais independente das origens de seus vizinhos, aceitando os moradores de fora.

Pude perceber o uso de redes sociais como igreja, time de futebol, Associação de moradores, para a reconstrução de vínculos sociais. Tudo isto influenciado pelas referências culturais que os moradores já vivenciaram anteriormente. Assim, aqueles que em sua favela anterior jogavam futebol, buscaram também participar do time no conjunto Aldeia. Os que eram crentes formaram uma igreja. Os que participavam de associação de moradores passaram a participar também no novo local. Assim estas

redes sociais funcionam como um instrumento de agrupação de moradores independente de suas favelas de origem, ou seja, favela Aldeia ou outras favelas da cidade. Representam assim uma possibilidade de que laços de pertencimento sejam estabelecidos e que uma identidade cultural própria do conjunto Aldeia venha a ser configurada ao longo dos anos.

Assim, a produção de identidades culturais não se constitui um processo uniforme, pois depende de elementos sociais e culturais dos indivíduos, suas trajetórias, suas situações sociais, suas referências culturais. Em um conjunto habitacional marcado pela heterogeneidade de origem dos moradores, é importante analisar como os diferentes atributos e referências identitárias destes podem resultar em uma identidade sincrética. Neste sentido formam-se grupos aos quais os indivíduos pertencem ou se distinguem.

Dessa forma, a política habitacional não tem considerado as especificidades dos moradores removidos, ou seja, a necessidade de preservação dos laços sociais, de pertencimento, da configuração de uma identidade cultural das favelas removidas. Contrariamente, a política de habitação social tem por objetivo prático colocar o maior número possível de pessoas dentro de um mesmo espaço, através de um projeto impessoal e desprovido de participação popular.

Os programas habitacionais remocionistas, para Valladares (1978), não tiveram êxito, pois viam a favela apenas como um problema habitacional e de uso de solo. Não consideravam as características de sua população e o porquê de morarem em favelas. Hoje, o uso da remoção como principal solução para a favelização, principalmente nas cidades de médio porte, revela que a municipalização não acumulou com a experiência das grandes cidades.

Por sua vez, os conflitos entre os moradores, com o tempo, talvez desapareçam à medida que os laços sociais estabelecidos na favela forem se enfraquecendo. Contudo, após nove anos, estes laços ainda estão presentes e pautam a reconstituição de laços sociais. Durante algum tempo ainda persistirão as expressões: *“este veio da favela da Aldeia”* e *“este não, este já veio de fora”*. E isto, por sua vez, estará acompanhado de todas as tensões possíveis a uma comunidade cujos moradores possuem origens diferentes.

Finalmente, a política habitacional não tem interesse em preservar a história, as práticas e as relações sociais das populações removidas. Em verdade, a política não trabalha com noção de vizinhança, muito menos de identidade. Seu propósito é fazer

o maior número de casas possíveis para o maior número de pessoas, independente de seus costumes, tradições, de suas identidades culturais. É por isto que pessoas de áreas diferentes são colocadas em um mesmo conjunto. Entretanto, embora o planejamento estabeleça a localização, organização e o caráter das construções, os processos humanos dão as edificações um caráter menos fácil de controlar. Assim, a política de remoção possui conseqüências sociais e culturais não previstas por seus planejadores. Os processos humanos, podem em alguns casos superar as limitações imposta pelos planejadores urbanos.

Considerações finais:

Desta forma, o retorno da política de remoção por parte dos municípios apresenta diferenças com aquele tipo de política urbana que marcou fortemente o panorama do Rio de Janeiro durante a década de 60. Não somente a descentralização, mas principalmente pelo fato de não haver resistência inicial à remoção.

Como apresentei, os conjuntos habitacionais são marcados pela coexistência de grupos heterogêneos nas suas origens sociais e culturais, em um espaço social comum. Partindo da memória coletiva dos moradores quanto ao espaço anterior favela Neste sentido, é essencial dar continuidade a estudos sobre este tema, buscando entender os processos de mudanças e continuidade das identidades culturais dos moradores removidos.

Por sua vez, o conjunto habitacional, dependendo das origens dos moradores removidos, dos diferentes bairros e favelas, pode se tornar um espaço de fortes contrastes e de uma grande diferenciação social e cultural. Isto, dentro do campos de possibilidades inerentes a vida urbana e a integração e conflito de diferentes grupos sociais pode gerar variações culturais devido a seu dinamismo que não são previstas nos projetos habitacionais.

Para entender esta realidade e suas variações é necessário um olhar atento, e acima de tudo dar voz aos moradores. Já que todos os grupos sociais possuem cultura, independente de suas condições econômicas ou educacionais, a favela é um espaço de forte dinamismo cultural. Ao ser transplantado para o conjunto, como os seus moradores se reconstroem neste aspecto é uma forte fonte de pesquisa.

Porém, isto teve conseqüências perversas no caso da Aldeia, no enfraquecimento dos vínculos comunitários. O conjunto deveria ter sido destinado apenas aos moradores do local. Contudo, pessoas que não eram da comunidade também foram removidas. Isto, por sua vez, abalou profundamente os laços sociais existentes na favela.

Um programa habitacional que se destina à inclusão à cidade não terá êxito se não for acompanhada de políticas complementares. E mais ainda, não terá sucesso se não aprender a escutar a população, a elaborar os projetos respeitando a história e identidade local. Comprovadamente, ao longo da história da habitação social, mega-conjuntos, como o Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, não tiveram êxito, porque não reconheceram e desconsideraram as histórias locais das populações removidas. Misturam comunidades diversas, com identidades diferentes, algumas até rivais, destruindo assim laços sociais e de pertencimento. O que importa é a quantidade de assistidos, uma política que seja produtiva.

Notas

¹ Guimarães (2007), Teixeira (2007), Cardoso (2006).

² Na década de 60 a 80, o Banco Nacional de Habitação - BNH, através da Companhia Estadual de Habitação - CEHAB, construiu quatro conjuntos habitacionais em Campos: João XXIII (Nova Brasília), Parque Lebrez, Guadalajara (Pecuária) e João Paulo II (Ururai). A partir de 1999 temos a retomada da política de construção de conjuntos em um novo marco institucional que descreveremos a seguir.

³ A questão habitacional não é mais privilégio das grandes metrópoles. A partir de anos 90, cidades médias tornam-se importante campo da política de habitação no formato descentralizado, consolidado a partir da constituição de 1988.

⁴ Valladares (1978) (1982) Perlman(1977) , Zaluar (1985)

⁵ Fonte: Departamento de Assistência Social da PMC - PDUC/1978. Em 1978, a favela da Aldeia já contava, segundo dados da prefeitura, com 165 casas de madeira e 96 de tijolo.

⁶ Com a decadência da indústria açucareira, estas famílias abandonaram as atividades rurais em que a moradia era oferecida aos trabalhadores pelos usineiros.

⁷ Valladares (1978) (1982) Perlman(1977) , Zaluar (1985)

⁸ Visão da favela como aglomerações patológicas onde esta é vista como uma aglomeração desordenada de vagabundos, desempregados, crianças abandonadas, prostitutas, bêbados, ou seja, elementos marginais que vivem em condições subumanas. Segundo a autora, existe uma crença geral de que os favelados são provenientes de zona rural, solitários e sem raízes, despreparados. Vivem em favelas imundas e insalubres, incapazes de se ajustarem a vida urbana o que corresponde a um mito sobre as favelas. TODAS estas crenças equivocadas

sobre a população favelada, Perlman diz ser influenciada pelo mito da marginalidade. O fenômeno da marginalidade, o mito, influenciou o discurso e as práticas da política pública, entre elas a habitacional, durante as décadas de 60 e 70.

⁹ Salmen – “Resettlement of squarttes in Brazil” p.74-82.

Rush “From favela to conjunto”, p. 84 in Pearlman (1977).

¹⁰ Salmen constatou na Villa Kennedy que 36% das pessoas desejariam voltar para as suas antigas casas, sendo que, no caso das mulheres, a porcentagem era de 49%. Rush verificou que 53 % de sua amostra gostariam de voltar para as favelas, e que este número crescia para 70% se tivessem a opção de voltar para uma favela urbanizada

¹¹ Vide exemplos de conjuntos como Cidade de Deus, Vila Kenedy

¹² Para Benedict ()cultura é vista como atitudes, comportamentos, costumes e sentimentos incorporados pelos indivíduos. E este espírito da cultura que molda o comportamento de grupos e indivíduos, e como estes experimentam e sua vida diária crenças e valores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Sergio & ANDRADE,L.**Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação.** Rio de Janeiro:Zahar, 1982.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade:a busca por segurança no mundo atual.* Trad. Plinio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BURGOS, Marcelo Baumann. **Cidade, Territórios e Cidadania.** DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, 2005, pp. 189 a 222.

CARDOSO, Aauto. **Desigualdades urbanas e políticas habitacionais.** Observatório IPPUR/UFRJ-FASE, Ano.2006

DIAS, Vera Lucia Nehls & Mitchell, ANA Stumpf. **A moradia popular e o “morar bem” no sul do Brasil:** entre a realidade e o sonho. Santa Catarina: UDESC, 2006.

GUIMARÃES, Danielle Costa. **Casa que eu quero ou a que me oferecem, qual a casa eu preciso? Cultura local e políticas públicas em habitação.** Anais XII Encontro Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Planejamento Urbano E Regional 21 A 25 De Maio De 2007 Belém - Pará – Brasil.

GONÇALVEZ, Helena Seita. **Processos de reconstrução de identidades culturais em um bairro de habitação social**. Sociologia Problemas e práticas. N° 16 pp. 135-149.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, habitar e pensar**. In conferencias e artículos, Serbal, Barcelona, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEITÃO, Gerônimo & ANDRADE, Luciana da Silva. **Transformações na paisagem urbana: "favelização" de conjuntos habitacionais**. Anais XII encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. Belém, 21 a 25 de maio de 2007.

LIMA, Adson C. Bozzi Ramatis. **Habitare e habitus** — um ensaio sobre a dimensão ontológica do ato de habitar. Rio de Janeiro: Arquitectos 091, 2007.

PERLNAM, Janice. **O Mito da Marginalidade: Favelas e Política no Rio de Janeiro**. Tradução de Valdivia Coutinho, prefácio de Fernando Henrique Cardoso. Rio De Janeiro :Paz e terra, 1977.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos**. Revista brasileira de Ciências Sociais.vol. 13, n. 38, São Paulo: 1998.

SOARES, Antonio M. de C. & ESPINHEIRA, Carlos G. **Conjuntos habitacionais em Salvador-BA - A transitória inserção social**. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo: EESC-USP. 2006.

SOUZA E SILVA, Jailson de. **“Por que uns e não outros?” caminhada de jovens pobres para a universidade**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

TEIXEIRA, Maria Cristina Villefort. **Espaço projetado e espaço vivido na habitação social: os conjuntos Goiânia e Araguaia em Belo Horizonte**. Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós -Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade e Federal do Rio de Janeiro – 2007- UFRJ.

VALLADARES. Lícia. **A Gênese da favela carioca**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000.

VALLADARES. Lícia (Org). **Repensando o espaço Urbano**. Rio de Janeiro: ZAHAR editores, 1982.

VALLADARES. Lícia. **Passa-se uma casa**. Análise do Programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. 2ª ed, Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

ZALUAR, Alba. **A máquina da revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. Rio de Janeiro: **ed. Brasiliense**, 1985.

ZALUAR, Alba & ALUITO, Marcos (Orgs). **Um século de Favelas**. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 1999.